

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE OBRAS

ZELADORIA URBANA

1– DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto contratação **empresa para prestação de serviços especializados e continuados, incluso mão de obra e encargos, insumos e equipamentos, conforme tabela SINAPI, para a execução das atividades de zeladoria preventivas e corretivas de vias públicas visando a melhoria da infraestrutura urbana da cidade.**

1.2 Entende-se por serviços de zeladoria preventivas e corretivas de vias públicas, os serviços relativos a correção de erosões causadas por falhas no sistema de drenagem pluvial, assentamento e reassentamento de tampas e grades de bueiros, PV's e canaletas, retirada de material, entre outros serviços de igual natureza, pequenas construções, encostas e escadas hidráulicas, contemplando execução e manutenção, com fornecimento de insumos, ferramentas, equipamentos, mão de obra e afins, incluindo o transporte de material e do pessoal necessários à execução de tais atividades;

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de ampliação da capacidade operacional da Secretaria de Obras na execução de serviços de zeladoria, manutenção e recuperação da infraestrutura urbana, em especial diante da natureza essencial, imprevisível e tecnicamente qualificada dessas intervenções.

A pretensa contratação vem ao encontro das recentes mudanças de parâmetros na organização da Unidade Gestora, que busca melhores resultados por meio da especialização do processo produtivo, da otimização dos índices de atendimento e do aumento quantitativo e qualitativo dos serviços prestados à coletividade. Busca-se, assim, dar concretude ao princípio da eficiência, garantindo à população uma prestação de

serviços econômica, abrangente, contínua e satisfatória, mediante a contratação de empresa especializada, à qual caberá a execução de ações vinculadas às atividades-meio da Administração, em constante observância aos limites impostos pela legislação de regência.

Os serviços de zeladoria urbana e manutenção de infraestrutura possuem natureza essencial, uma vez que estão diretamente relacionados à segurança da população, à tráfegabilidade das vias públicas, à preservação do sistema de drenagem urbana, à proteção de margens de córregos, à mitigação de processos erosivos e à prevenção de danos urbanísticos, ambientais e patrimoniais. Trata-se, ainda, de serviço de natureza qualificada, que exige mão de obra capacitada, equipamentos específicos, disponibilidade operacional e capacidade de resposta em tempo oportuno, não se confundindo com atividades ordinárias de baixa complexidade.

Importante destacar que a demanda por esses serviços possui caráter notadamente imprevisível, pois decorre de eventos e situações que se manifestam de forma variável no território urbano. Não é possível prever, com precisão, quantas erosões pluviais surgirão em determinado mês, quantas margens de córregos sofrerão processos de instabilização, quantas redes de drenagem apresentarão obstruções ou colapsos, ou quantas intervenções emergenciais serão necessárias ao longo de um exercício. Tais ocorrências dependem diretamente das condições climáticas, do comportamento hidrológico das bacias urbanas, do estado de conservação das estruturas existentes e da intensidade dos eventos chuvosos.

Essa característica torna a demanda especialmente sensível ao período chuvoso. Em anos com regime pluviométrico mais brando, observa-se menor volume de ordens de serviço relacionadas à drenagem, erosões e contenções pontuais. Por outro lado, em períodos chuvosos mais severos, há aumento significativo das solicitações de atendimento, exigindo da Administração Pública maior capacidade de mobilização de equipes, máquinas, insumos e soluções técnicas. Como exemplo concreto, registra-se que, entre os dias 23/02 e 31/03, no período imediatamente posterior às chuvas que culminaram no decreto de calamidade pública no Município, o número de solicitações de atendimento encaminhadas à Secretaria de Obras foi equivalente ao volume registrado durante todo o ano de 2025.

Trata-se, portanto, de um intenso volume de demandas, marcado por alta variabilidade,

imprevisibilidade e potencial de agravamento, cujo desatendimento pode gerar graves danos urbanísticos, ambientais e sociais a curto, médio e longo prazo. A ausência de atuação tempestiva em situações como erosões pluviais, rompimentos de dispositivos de drenagem, instabilização de margens de córregos, abatimentos de vias, obstruções de redes e danos em estruturas urbanas pode comprometer a segurança dos moradores, dificultar o tráfego de veículos e pedestres, agravar alagamentos, provocar perdas materiais e ampliar riscos à integridade física da população.

Além disso, é de suma importância que a Administração Pública disponha de contingente técnico-operacional e de equipamentos aptos a atender situações de súbita necessidade, tais como eventos climáticos extremos, catástrofes naturais, acidentes, colapsos de infraestrutura e demais intercorrências que exijam imediata intervenção do Poder Público. A existência de uma estrutura contratada, especializada e previamente mobilizável permite atuação mais célere tanto na prevenção de novos riscos quanto na reparação de danos já consumados, minimizando, tanto quanto possível, seus impactos sobre a segurança da população, a mobilidade urbana, o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse contexto, a contratação dos serviços de zeladoria urbana que ora se pretende efetivar não substitui o trabalho desempenhado pela equipe própria da Secretaria de Obras, mas soma forças à atuação dos servidores municipais, ampliando o alcance das políticas públicas de manutenção e conservação da infraestrutura urbana. A medida mostra-se necessária, adequada e proporcional diante do volume de demandas existentes, da imprevisibilidade das ocorrências, da essencialidade dos serviços e da necessidade de assegurar respostas eficientes, qualificadas e tempestivas à população.

Assim, a contratação pretendida apresenta-se como instrumento indispensável para garantir a continuidade, a ampliação e a qualificação dos serviços de zeladoria urbana, contribuindo para a preservação da infraestrutura pública, a redução de riscos, a melhoria da trafegabilidade, a proteção ambiental e a promoção de um meio urbano mais seguro, funcional e equilibrado para todos os cidadãos..

2.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas se baseiam na demanda represada já catalogada pela Secretaria de Obras e na capacidade operacional e orçamentária para execução deste serviço, considerando ainda a pretensão em aumentar a capacidade de atendimento para fazer frente às demandas represadas.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL, FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A contratação para execução do objeto do presente Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021.

3.2. A licitação será na modalidade **Concorrência Eletrônica**, conforme art. 28 da referida Lei.

3.3. O critério de julgamento será o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** incidente sobre os preços fixados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI da Caixa Econômica Federal, para o Estado de Minas Gerais de março de 2026 (**SINAPI MAR/26**). Nos pagamentos dos serviços e materiais estão incluídos os encargos sociais.

3.4. Serão considerados os Descontos oferecidos pela licitante sobre a planilha SINAPI (Desc), bem como seu o BDI. A classificação será em ordem crescente do resultado (R) , apurado na seguinte fórmula: Ou seja $R = (1 - \text{Desc \%} / 100) \times (1 + \text{BDI\%} / 100)$. A classificação será em ordem crescente do resultado.

3.5. O regime de execução será por **empreitada por preço unitário**, conforme Art. 46 da referida Lei.

4 – DAS ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 - A execução dos serviços deverá ser realizada sob a gestão e fiscalização da Secretaria de Obras.

4.2 - Os serviços serão prestados em vias públicas ou demais locais públicos de realização dos mesmos.

4.3 - Cada início de trabalho só será realizado após autorização e solicitação da Secretaria de Obras, que fornecerá a Ordem de Serviço com o nome do fiscal de cada serviço a ser executado.

4.3.1 - Execução de serviços em casos excepcionais, tais como calamidade pública, chuvas atípicas e demais ocorrências fora de padrão, poderão ocorrer sem a emissão da

Ordem de Serviço Prévia, desde que com a prévia anuência da Secretaria de Obras, através do conhecimento do Gestor e dos Fiscais do contrato. Nestes casos as ordens de serviço serão emitidas no próximo dia útil.

4.4 - É vedada a execução de qualquer tipo de trabalho, mesmo que conste na planilha, sem a correspondente “Ordens de Serviço” e sem o conhecimento do Gestor e Fiscais.

4.5 - O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços de engenharia e execução de obras de manutenção em vias públicas.

4.6 - Para garantia de pronto atendimento das ordens de serviços, manter, sob sua responsabilidade, estoque mínimo de materiais, ou adquiri-los em tempo hábil para a execução dos serviços, ficando estocados na unidade apenas os materiais previstos na Previsão de Custos da Ordem de Serviços correspondente, sendo que a contratante não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento dos materiais pelos fornecedores, aplicando as punições previstas, de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.7 - Os serviços passarão por fiscalização rotineira a ser realizada por servidor designado e poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação da CONTRATANTE, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades

4.8 - São objetos deste contrato manutenção em redes pluviais, limpeza e desobstrução de redes de drenagem, capina e roçada, manutenção de escadões e escadas hidráulicas, demolições, serviços de serralheria, remoção de terra/entulhos, desmonte de materiais, escavação e transporte de materiais, serviços de concretagem, confecção de fôrmas de madeira, corte e dobra de aço, todo e qualquer serviço constante na planilha.

4.9 - As obras deverão ser executadas conforme descritas pelos CADERNOS TÉCNICOS de cada tipo de serviço.

4.10 - Os CADERNOS TÉCNICOS podem ser acessados através do link SUMÁRIO DE PUBLICAÇÕES para composições SINAPI, ou no link Consulta à Planilha Preço SEINFRA | Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais para composições SETOP/SEINFRA.

5 – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme disposto nos arts. 106, 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas as condições legais para a prorrogação.

5.2 - O Início da execução do objeto se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço.

6 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. O valor da presente contratação está estimado em R\$13.526.680,87 (dez milhões quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos), incluso BDI de 26,93%, tendo como base os serviços elencados e precificados nas tabelas SINAPI-MG, SETOP, SUDECAP, SICRO e SBC vigentes

6.2 . Para a estimativa do valor da contratação foram adotados valores apurados em tabelas referenciais de custos de obras e serviços de engenharia SINAPI – 03/2026 NÃO DESONERADA, SETOP - 01/2026 NÃO DESONERADA, SICRO - 01/2026, SUDECAP - 10/2025, SBC - 04/2026 - JFA;

6.3 O valor estimado é o limite máximo e se baseou em levantamento efetuado das necessidades anuais de manutenção e execução de serviços de zeladoria em vias públicas e, observada a capacidade orçamentária e financeira da contratante.

6.4. Os preços unitários com LDI estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários com LDI levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

7 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

7.1 - Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes de verbas oriundas do Tesouro Municipal.

7.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentárias:

091100 – 1.15.541.0004.2242.0000 - 1500000000 - 3.3.90.39/4.4.90.51

097300 – 1.17.512.0004.2336.0000 - 1759050000 – 3.3.90.39/4.4.90.51

7.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8 – DA HABILITAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1- A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.1.1 - Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

8.1.2. Qualificação técnica operacional: Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Operacional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), relativos aos seguintes serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação:

- a. Correção de erosão de rede pluvial;
- b. Execução de rede de microdrenagem em PEAD;
- c. Construção/Manutenção em escada hidráulica ou escadaria de acesso
- d. Muro em concreto armado, fck igual ou superior a 25 Mpa
- e. Execução de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos;

8.1.3 Qualificação Técnico Profissional – Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data da assinatura do contrato, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU,

detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde a obra foi executada, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) – os seguintes serviço de características semelhantes ao do objeto do Edital:

- a. Correção de erosão de rede pluvial;
- b. Execução de rede de microdrenagem em PEAD;
- c. Construção/Manutenção em escada hidráulica ou escadaria de acesso
- d. Muro em concreto armado, fck igual ou superior a 25 Mpa
- e. Execução de alvenaria de vedação de blocos cerâmicos;

8.1.3.1 A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

8.1.3.1.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como Contratante;

8.1.3.1.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

8.1.3.1.3. Contrato de execução de obra, regido pela legislação comum;

8.1.3.1.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

8.1.4. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

8.1.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

8.1.6. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.1.7 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

8.1.8. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

8.1.9. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação.

8.1.10. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.

8.1.11. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pela obra objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com a sua anuência expressa.

8.1.12. Comprovante atualizado de registro do profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

9 - DA PROPOSTA

9.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formato digital (PDF), redigida em linguagem clara, devidamente assinada por representante legal da proponente e outra com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:

9.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para a obra.

9.1.2. Planilha com detalhamento dos BDI's.

9.1.3. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução da obra previsto no cronograma.

9.1.4. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, para fins de julgamento e de

contratação, com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

9.2. O critério de julgamento será o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO incidente sobre os preços fixados nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos na – SINAPI-MG DEZ/25. Nos pagamentos dos serviços e materiais estão incluídos os encargos sociais.

9.2.1. Serão considerados os Descontos oferecidos pela licitante sobre a planilha SINAPI (Desc), bem como seu o BDI. A classificação será em ordem crescente do resultado (R) , apurado na seguinte fórmula: Ou seja $R = (1 - \text{Desc \%} / 100) \times (1 + \text{BDI\%/100})$. A classificação será em ordem crescente do resultado

9.2.2 Os encargos sociais já estão inclusos nos valores da mão de obra propostos.

9.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

9.4. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

9.5. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

10 – DA SUBCONTRATAÇÃO (Art 122, NLLC)

10.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

10.1.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação.

10.1.3. A subcontratação deverá ser solicitada pela Contratada à Contratante através de Ofício, e somente poderá ser executada após formalização de sua aprovação através de Termo Aditivo.

10.1.4 Fica a Contratada obrigada a fornecer as documentações de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira da pretensa subcontratada para avaliação do município.

10.1.5. A subcontratação de uma parcela não isenta a Contratada da responsabilidade pela sua execução.

10.1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

11 – DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DA OBRA

11.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução da obra, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução.

11.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução da obra, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

12 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.2. Os fiscais e gestores do contrato serão designados pelo Ordenador de Despesa através de portaria específica, publicada no Diário Oficial do Município e Diário Oficial da União.

13 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

13.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento as obras

efetivamente executadas pela Contratada e aprovadas pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

13.2. A medição dos serviços será realizada mensalmente, e o período de apuração será sempre do 1º dia ao último dia do mês.

13.3. A medição será realizada pelo fiscal técnico em conjunto com o Engenheiro responsável da empresa mensalmente e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até o 5º dia útil de cada mês.

13.4. O Documento de Medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de Medição;
- Memória de cálculo detalhada;
- Relatório Fotográfico;
- Diário de Obra.

13.5. As informações complementares para as medições devem ser encaminhadas para que a fiscalização possa validar tais dados.

13.6 As informações para comprovação de serviços executados deverão conter fotografias, bem como, a descrição detalhada da forma de execução em Diário de Obras, acompanhada das respectivas “Ordens de Serviços”, designadas como “O.S.”.

13.7 Para efeito de medição, não serão aceitos execuções de O.S., sem que estas sejam previamente aprovadas pelo setor SO/SSINFRA.

13.8 Nenhuma O.S. deverá ser executada sem o conhecimento prévio da fiscalização, que é a ÚNICA RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DE QUANTITATIVOS, sob pena do não ressarcimento de valores investidos pela CONTRATADA para a execução de serviços.

13.9 Obras complementares devem ser previamente aprovadas para o efetivo controle de quantitativos não excedam a planilha.

13.10 Todas as ordens de serviço ou comunicações da FISCALIZAÇÃO para a CONTRATADA, e vice-versa, serão transmitidas por meio eletrônico oficial da Prefeitura de Juiz de Fora, e só assim produzirão seus efeitos. As ordens de serviços serão

convenientemente numeradas. Ao receber a ordem de serviço por meio eletrônico, a CONTRATADA terá disponível o nome do profissional que será o fiscal dos serviços/obras e demais informações sobre a ordem de serviço. Em momento oportuno será criado o cadastro para tais comunicações e treinamento para melhor aproveitamento dos sistemas.

13.11 A CONTRATADA deverá fazer uso dos mecanismos de medição indicados pela CONTRATANTE;

13.12 A futura contratada se responsabilizará por registro fotográfico da situação inicial e após a obra, a ser entregue à contratante, em meio digital, juntamente com a medição, sendo tais imagens de propriedade exclusiva da contratante.

13.13. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final, conforme orientação do TCU no Acórdão 1247/2016.

13.14. O aceite da obra por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

14 – DO PAGAMENTO

14.1. Após a aferição do Boletim de Medição, o gestor do contrato enviará à Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal.

14.1.1 A empresa somente poderá emitir Nota Fiscal após autorização formal da Prefeitura de Juiz de Fora.

14.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal enviada em formato digital, conforme o art. 31 da Lei 8.212/1991 e com redação dada pela Lei 11.933, de 2009 e de acordo com a Instrução normativa nº 2110, de 17 de outubro de 2022.

14.3. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais e os dados contratuais fornecidos pelo gestor.

14.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante; No que couber, fará de igual modo a contratada, restando assim o mesmo escopo à contratante e sua equipe técnica, de forma única e exclusiva. Assim, restará pactuado todo conteúdo contratual e suas nuances, sendo este o instrumento jurídico pertinente ao caso. Portanto, fará a Administração Pública o seu papel enquanto poder-dever de deliberar sobre o tema e sua formatação. Desse modo, evidencia-se todo o escopo anteriormente planejado e vislumbrado. Cabe, à Administração Pública redirecionar toda a forma de execução dentro dos parâmetros dos projetos elaborados pelo setor técnico.

14.4 – A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

14.4.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

14.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.4.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

14.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda,

quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação pro rata die ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

14.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.10. A nota fiscal deverá ser acompanhada de documentação comprobatória de regularidade constituída de:

I - Certidão negativa de Débitos Municipais,

II - Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

III - Certidão Conjunta negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

IV - Certidão negativa de Débitos Tributários referente à Secretaria do Estado da Fazenda;

15 - DO REAJUSTE

15.1. O valor do contrato poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento formal da Contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I_1 = índice INCC-DI do mês 1 ano após a data base do orçamento (DEZ/26)

I_0 = índice INCC-DI do mês da data base do orçamento referencial (DEZ/25)

V = Valor da fatura a ser reajustada

15.2. O índice de reajustamento incidirá exclusivamente às etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da Contratada.

15.3. Para efeito de pagamento do reajuste, o índice incidirá somente nas medições das execuções de obras realizadas após a data do ofício de solicitação da empresa, sendo vedado pagamento de reajuste quaisquer execuções em data anterior à data do ofício de solicitação

15.4. A ausência de manifestação expressa da Contratada de solicitação do reajuste poderá acarretar preclusão do direito da Contratada.

16 – DAS GARANTIAS

16.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

16.1.1. A garantia acima referenciada deverá ser superior em 90 dias, no mínimo, com relação à vigência do contrato e de seus eventuais aditivos.

16.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

16.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

17 - FORMAS E CRITÉRIO DE SELEÇÃO E FORNECIMENTO

17.1 Os serviços a serem contratados são classificados como serviços comuns de

engenharia nos termos do Art. 29. da Lei Federal 14.133/2021, a saber:

“A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”

17.2 Entende-se que o objeto em tela se caracteriza como supracitado por possuir especificações técnicas suficientemente claras e padronizadas, bem como não envolve soluções personalizadas, inovadoras ou de engenharia sob medida.

17.3 Considerando o Inciso I do Art. 28 da Lei 14.133/2021, tratando-se de contratação de serviço comum de engenharia, a modalidade de licitação empregada será Concorrência Eletrônica, sendo o critério de julgamento estabelecido para esse certame o de maior desconto global.

17.4 Não há parcelamento da contratação, pois os serviços de manutenção são contínuos, variáveis e interdependentes, o que impossibilita a execução por empresas distintas. A execução será realizada conforme a necessidade, respeitando o limite financeiro estabelecido.

17.5 Não há possibilidade de cotação para quantidade mínima, uma vez que, se trata de serviço único prestado de forma padronizada e sequencial.

17.6 Não há a possibilidade de prever preços diferentes para um mesmo item, uma vez que, o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) considera fatores como localização da obra, acessos, infraestrutura da região, logística de transporte de materiais e mão de obra, além de encargos e permissões municipais, estaduais e federais.

17.7 Considerando os princípios de padronização e uniformidade das contratações, não cabe, neste caso, a possibilidade de receber proposta inferior ao máximo previsto no edital;

18 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

18.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.4.1 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem ônus para a Prefeitura de Juiz de Fora.

18.4.2 Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos serviços, incluindo o transporte;

18.4.3 Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT e instruções da PJF.

18.4.4 Informar à Prefeitura a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do projeto, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

18.4.5 Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela PJF.

18.4.6 Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representa- lo junto à Prefeitura.

18.4.7 Acatar toda orientação advinda do município com relação aos serviços.

18.4.8 Executar, em até 48 horas, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela Prefeitura

18.4.9 Garantir a prestação de serviços de forma continuada, independente de problemas técnicos com equipamentos, que deverão ser substituídos em um prazo máximo de 24h.

18.4.10 Substituir todo e qualquer material fornecido com defeito.

18.4.11 O material e/ou serviço que for entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou na proposta da empresa vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

18.4.12 A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços/materiais, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela Unidade Requisitante.

18.4.13 Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pela Prefeitura, em local indicado pela sua fiscalização.

18.4.15 Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

18.4.16 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

18.4.17 Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que a PJF manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

18.4.18 Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período.

18.4.19 O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

18.4.20 A Prefeitura poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada.

18.4.21 Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

18.4.22 Encaminhar, à Prefeitura, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

18.4.23 Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização da Prefeitura.

18.4.24 Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização da PJF.

18.4.25 Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não estejam atendendo a contento a fiscalização da PJF, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

18.4.26 Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

18.4.27 Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

18.4.28 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.4.29 Fornecer uniforme completo e crachá, mediante modelo aprovado previamente pelo contratante, aos seus empregados, sendo o uso desse vestuário e de crachá, em boas condições de conservação, obrigatório durante todo o desempenho das atividades

18.4.30 Os profissionais indicados pela contratada para a prestação dos serviços deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas:

- A. Ser pontual e permanecer no local de trabalho determinado;
- B. Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a);
- C. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Prefeitura de Juiz de Fora;
- D. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- E. Cumprir as normas internas do contratante;

- F. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- G. Zelar pela preservação do patrimônio da Prefeitura de Juiz de Fora sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- H. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- I. Conhecer a missão do local onde presta serviço, assim como a perfeita utilização de equipamentos colocados à sua disposição;
- J. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço, quando for o caso;
- K. Manter atualizada a documentação utilizada no local de trabalho;
- L. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- M. Nos locais de trabalho é vedada a prática, de qualquer tipo de jogo, vendas de rifas, bilhetes, revistas, vestuário, dentre outros;
- N. Não permanecer nas dependências das unidades das secretarias, na qual presta o serviço contratado, antes ou depois do horário de trabalho;
- O. Não utilizar ou colocar em funcionamento máquinas e aparelhos de propriedade das unidades administrativas, abrir armários, gavetas ou invólucros de qualquer espécie, sem autorização prévia do responsável do setor;
- P. Não instalar quaisquer equipamentos de uso pessoal, nas dependências de trabalho – entre outros, umidificadores, frigobar, geladeiras, forno elétrico e aquecedores;
- Q. Não consumir ou guardar bebidas alcoólicas nas dependências e locais onde os serviços serão executados;
- R. Qualquer empregado da contratada que seja inconveniente ou desrespeitoso com funcionários do Município ou com o público, ou ainda, não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas a partir

do momento da comunicação.

18.4.31 Após a execução dos serviços os locais devem estar devidamente limpos, cabendo a CONTRATADA dar destino aos entulhos, detritos e terras provenientes dos serviços executados;

18.4.32 O entulho não deve ser lançado em locais impróprios ou em áreas adjacentes.

18.4.33 Indicar um Técnico de Segurança do Trabalho, devidamente habilitado e capacitado para inspecionar e garantir a execução dos serviços dentro das normas de boa prática e qualidade requerida, ministrar treinamentos, selecionar, escolher, adquirir e prover o uso adequado de Equipamento de Proteção Individual (EPIs);

18.4.34 Alocar os empregados que executarão os serviços contratados nos postos de serviços somente após efetiva comprovação de capacitação realizada pertinente às funções, com avaliação do conteúdo programático, tais como: Capacitação comprovada para a atividade a ser executada (quando necessário), uso correto de Uniforme e Equipamento de Proteção Individual (EPIs), comportamento e disciplina compatível com o setor a serem desempenhadas suas atividades, sem demonstrar posturas incorretas e vícios que possam comprometer as normas e deveres, nas rotinas de trabalho a serem executadas;

18.4.35 Instruir seus prepostos quanto à necessidade de acatar as orientações dos fiscais das unidades administrativas, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e responsabilizar-se pelo cumprimento;

18.4.36 Assumir, por meio dos seus prepostos, todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, que porventura venham se acidentar ou sofrer algum mal súbito;

18.4.37 Cumprir, obrigatoriamente, as normas legais vigentes de segurança e medicina do trabalho, inclusive quanto ao pagamento dos adicionais de insalubridade ou periculosidade, tomando-se por base os laudos técnicos assinados por engenheiro ou médico de segurança do trabalho para fins de definição do percentual de insalubridade ou periculosidade aplicável, que deverão ser avaliados e, se for o caso, validados pelo Contratante.

18.4.38 Cumprir as obrigações trabalhistas relativas aos profissionais designados para a

prestação de serviços, mantendo atualizados os respectivos registros e anotações trabalhistas, exibindo, sempre que solicitado pelo Município.

18.4.39 Manter área de convivência para os prepostos, com condições condizentes às especificadas pelo Ministério do Trabalho, para descanso e alimentação, bem como providenciar banheiros químicos em todas as frentes de trabalho.

18.4.40 Manter área para depósito e guarda de materiais e equipamentos da CONTRATADA, sendo vedado o uso de áreas comuns à Secretaria de Obras, vestiários com chuveiros e vasos sanitários compatíveis com o número de funcionários.

18.4.41 Elaborar diariamente o, DIÁRIO DE OBRAS com atualizações diárias das atividades desenvolvidas e decisões tomadas juntamente com a Secretaria de Obras, o qual dará ciência em fazer as solicitações e orientações, a fiscalização e a CONTRATADA anotarà todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue à CONTRATANTE quando da medição semanalmente. Nele serão feitos apontamentos diários onde constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Número de operários e maquinário em cada atividade;
- b. Insumos apropriados;
- c. Etapa do serviço em andamento;
- d. Informações quanto ao tempo de execução das obras a partir do início dos serviços;
- e. Condições meteorológicas no dia e interferências;
- f. Assuntos de interesse geral da obra;
- g. Comunicações e ordens da Fiscalização.

18.4.42 Encaminhar a medição, o Diário de obra e demais relatórios da semana anterior deverão até às 17hs do primeiro dia útil da semana subsequente, para e-mail a ser indicado pela Fiscalização. O não cumprimento poderá acarretar atrasos na prestação de contas e liquidação das medições, sob pena de sanção contratual.

18.4.43 Executar, dentro da melhor técnica, a obra em comento, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

18.4.44 Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários na obra sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização da Prefeitura.

18.4.45 Permitir e facilitar à fiscalização do Município a inspeção das obras no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas.

18.4.46. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia do CNO (Cadastro Nacional da Obra).

18.4.47. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

18.4.48. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

18.4.49. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico da obra, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

18.4.50. O responsável técnico da Contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade das obras executadas, respondendo pela Contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

18.4.51. O Município poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da Contratada.

18.5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

18.5.1. Responsabilizar-se pela coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes a este Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

18.5.2. Credenciar junto à licitante Contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário de Obras para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução das obras, além

de atestar as faturas apresentadas.

18.5.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

18.5.4. Fazer cumprir o prazo contratual e notificar a empresa em caso de descumprimento do cronograma.

18.5.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

18.5.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando a obra não estiver sendo executada de forma satisfatória.

18.5.7. Avaliar as solicitações da Contratada quanto a repactuações contratuais no prazo máximo de 30 dias.

18.5.8 Verificar a situação de regularidade da Contratada durante a execução contratual;

19 – DAS PENALIDADES

19.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 156 e 156 da Lei nº 14.133/2021, se a CONTRATADA descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Pelo atraso ou descumprimento injustificado do cronograma de execução do objeto, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste CONTRATO, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

c. Impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.2. A multa que eventualmente for imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que esta fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

19.2.1 Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

19.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

19.4. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

19.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

20- DA RETENÇÕES DE IMPOSTOS

20.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

20.1.1 Retenção Previdenciária:

Por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública **fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:**

1.1 - Empreitada Total na Construção Civil:

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2- Retenção IR na Fonte: A retenção para Imposto de Renda na Fonte deverá ser realizada nos termos do Anexo I da IN nº 1234/2012, observadas as disposições do art. 2º da mesma norma.

20.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei 10630/2003 em seu art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3 % Local da prestação do serviço.”

21 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.1. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Toda e qualquer modificação com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após

aprovação da FISCALIZAÇÃO e formalização contratual.

21.2. Por se tratar de recurso do Tesouro Municipal, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

22 – ANEXOS:

Anexo A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

Anexo B – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E LDI EM PDF;

Anexo C – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Anexo D – MODELO DE DIÁRIO DE OBRAS

Anexo E - MAPA E MATRIZ DE RISCO;

Anexo F – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO;

Anexo G – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA;

Juiz de Fora, data da assinatura eletrônica.

Secretaria de Obras:
Nome: Roberto Claudio Passarela Falci
Cargo: Subsecretário de Zeladoria de Infraestrutura Urbana e Rural
Nome: Bruna Ferreira da Rocha
Cargo: Secretária de Obras